

AUTONOMIA, MERCADO E RECIPROCIDADE: CONTRADIÇÕES E COMPLEMENTARIDADES NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC)

Carlos Schmidt

Introdução

O que tem feito a força das teorias da ação humana baseadas no utilitarismo, além de certamente dos poderosos interesses que defendem, é, entre outras razões, de um lado sua simplicidade, digamos até de seu simplismo, e de outro seu monismo reducionista, aliás, divulgado como um mantra por todos os meios de comunicação, estes em geral aliados aos interesses do capital. Há que se dizer também que, na academia, principalmente nas escolas de economia, a partir de hipóteses de duvidosa aderência à realidade, o utilitarismo adquire ares de ciência, pela abundante utilização de instrumental matemático, o que o torna mágico para o comum dos mortais.

Algumas teorias que dão, nas ciências sociais, combate ao utilitarismo, não contestam seus fundamentos e acabam por reforçá-lo a partir de seu princípio fundador, de que o ser humano age sempre e só por interesse individual.

Os estudos feitos em diversos domínios que vão da etnologia, antropologia, etologia, neurociências e sociologia, têm demonstrado, embora seja verdade, que os homens agem por interesse, também são motivados por outras razões, dentre as quais o interesse pelo outro e a empatia, desencadeadoras de comportamentos que estão na base da cooperação e da dádiva.

Neste artigo nos propomos a recuperar a crítica da razão utilitária, combinando-a com a crítica da economia política marxiana a partir do exemplo do MMC, que, analisando a vivência de mulheres agricultoras, demonstra não só a existência de outras lógicas além do interesse na ação humana, como abre um campo de possibilidades para relações sociais alternativas àquelas comandadas pelo capital.

Este artigo contará com quatro secções, sendo a primeira esta introdução, a segunda a apresentação dos referenciais teóricos mencionados, a terceira sua aplicação no caso do MMC e, finalmente, uma conclusão onde a partir das questões trabalhadas se prospecta a incidência das lógicas não utilitárias na construção de alternativas.

Discussão das referências teóricas

Quando se discute a motivação da ação humana em geral e ação econômica em particular, existe uma corrente majoritária entre os economistas, amplificada pelos meios materiais de que dispõem, que a situa (a motivação) no exclusivo registro do interesse individual.

Esta corrente que genericamente denominamos neoclássica, não situa seu arquétipo, o *homo oeconomicus*, no tempo histórico, nem no espaço geográfico e social. Seu comportamento calculador, maximizador e egoísta corresponde à natureza humana em qualquer momento da história e em qualquer lugar. Os demais seres humanos e a sociedade, na sua representação (do *homo oeconomicus*), serão veículos ou meios para maximizar seus interesses. A sociedade capitalista, desprovida de entraves morais, é a forma ideal para o homem egoísta realizar plenamente sua vocação natural de agir racionalmente na busca da maximização dos seus benefícios.

As correntes heterodoxas da economia e os marxistas em particular consideram que os comportamentos e as regras da sociedade são o produto de uma construção histórica.

No que se refere aos marxistas, em sua visão sobre o comportamento dos agentes econômicos, atribuem aos proprietários do capital o comportamento maximizador (da taxa de lucro); e aos trabalhadores, detentores da força de trabalho, a busca da sobrevivência, isto é, vendem a força de trabalho para sobreviver, segundo as regras vigentes em cada momento histórico, estas dependem da correlação de forças entre as classes sociais.

Desta forma, o paradigma marxista deduz uma outra dinâmica, diferente dos neoclássicos, para a economia e para a sociedade, ressaltando as contradições que engendra o capitalismo que, por sua vez, podem conduzir à sua destruição e substituição por outra sociedade, baseada na livre associação dos produtores.

No entanto, não conseguem os marxistas sair do registro do interesse, este, segundo Alain Caillé é coletivizado, materializado no interesse de classe (CAILLÉ, 2009). Certamente existe o interesse individual e coletivo, este com potencial revolucionário em certas situações, mas existem outras lógicas que determinam o comportamento dos

seres humanos que não podem ser reduzidas ao único interesse, individual ou coletivo.

Pesquisadores articulados em torno da Revista MAUSS (Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais, sigla em francês), em homenagem ao cientista social da virada do século XIX, Marcel Mauss, têm-se ocupado justamente em investigar estes outros princípios da ação humana que não relevam do interesse individual.

Partindo de uma pesquisa de Marcel Mauss, que resultou em um texto denominado “Ensaio sobre a Dádiva” (MAUSS, 1990), as relações sociais e econômicas percebidas em povos arcaicos apontam para um outro papel da transferência de bens de um indivíduo para outro, onde, ao contrário da troca mercantil o centro do interesse é o outro e não o objeto em questão. Neste tipo de relação o indivíduo busca o reconhecimento e não a satisfação do interesse material. O ato de doação desenvolve uma dinâmica de reciprocidade, uma relação empática entre pessoas, subjetiva, diferente da impessoalidade da troca mercantil, na qual as relações comerciais pela internet seriam o exemplo mais extremo.

A empatia na base de relações humanas em geral e econômicas em particular, alternativas às relações mercantis, tem sido estudada pelos pesquisadores antes referidos e tem encontrado suporte em estudos de várias disciplinas como a etologia, antropologia e na neurociência. Certamente, na construção de outras relações econômicas estas dimensões podem ser mobilizadas. Assim, o reconhecimento destas possibilidades pode se colocar numa oposição-complementaridade com o interesse individual ou coletivo associado à razão utilitária.

De uma forma bem ampla, poderíamos pensar que numa sociedade marcada por sucessivas crises e conflitos provocados pelas contradições do capital, os indivíduos ou coletivos organizados na luta contra os efeitos das referidas

contradições, podem perceber a impossibilidade de defender seus interesses, mesmo aqueles associados a necessidades elementares, nos marcos do sistema capitalista; assim sendo, postulam e agem no sentido de sua superação. Para a construção de uma alternativa, terão que mobilizar, além das motivações associadas a seus interesses individuais ou coletivos, os comportamentos associados às lógicas não utilitárias, que são tão naturais como seus opostos, e que estão na base de uma sociabilidade baseada na cooperação e solidariedade que relevam o interesse do ser humano pelo seu semelhante¹⁰⁷.

Independente das grandes transformações possíveis, mas não deterministas, ocorrem nos interstícios das relações comandadas pela lógica do capital a construção de alternativas, como, por exemplo, a denominada economia solidária, e no meio rural as práticas desenvolvidas de longa data, relatadas e analisadas por Sabourin (SABOURIN, 2009).

O estudo de caso que apresentamos tem por base vários materiais¹⁰⁸ e o trabalho de extensão universitária do NEA.

O MMC, a autonomia e reciprocidade em defesa da vida

O MMC, fundado em 2004, sucede outras organizações de mulheres do campo como a Organização das

¹⁰⁷ Nem sempre estas dinâmicas têm um significado altruísta. Podem implicar em comportamentos comunitários fechados e agressivos em relação aos "de fora". O nazismo é um exemplo extremo desta possibilidade onde a união da "raça alemã" é associada ao comportamento usurpador e excludente para os "de fora". A idéia do direito ao "espaço vital do povo alemão" implicava na usurpação e submissão de outros povos.

¹⁰⁸ Em particular a pesquisa participante que resultou no artigo "A Economia Política das Mulheres Camponesas". Materiais e cartilhas produzidas pelo MMC e o livro do movimento intitulado "Mulheres: Resistência e Luta em Defesa da Vida", organizado por Conceição Paludo.

Mulheres da Roça (OMR), que surge na primeira metade da década de oitenta e que, por sua vez, é sucedido pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) em particular no Rio Grande do Sul em 1988 (CONTE; MARTINS; DAROM, 2009).

Percebe-se na sua história e nas metamorfoses organizacionais uma evolução, tanto no sentido de articular a luta pelos direitos dos agricultores familiares e das mulheres agricultoras, como a transformação radical da sociedade e a percepção de que esta transformação só tem sentido se associada à transformação nas relações de gênero.

Outra dimensão que vem se desenvolvendo é a da produção agrícola ecológica e a conseqüente luta pela preservação ambiental. O momento culminante do ponto de vista simbólico desta luta foi a destruição de um viveiro de mudas e espaço de pesquisa florestal da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, por militantes do MMC, junto com mulheres de outros movimentos da Via Campesina.

Esta ação provoca uma reação raivosa da mídia, secundada por pesquisadores e cientistas que absolutizam a liberdade de pesquisa e ignoram o fato de ser pesquisa atrelada aos interesses do capital e de resultado desastroso para o meio ambiente.

Qualificadas de baderneiras (expressão preconceituosa, carregada de ranço autoritário do período da ditadura) o MMC e suas companheiras da Via Campesina, justificam esta ação pela defesa da vida. Isto significa lutar contra o que causa a morte da natureza, seca as fontes de vida e desta forma ameaça a vidas dos próprios seres humanos.

A esta dimensão de rejeição é associada uma agenda positiva na qual a agricultura camponesa, daí o nome do movimento, é um paradigma.

Associado a este paradigma está a preservação ambiental, a autonomia dos agricultores(as), a produção de

alimentos saudáveis, o feminismo e também uma certa visão de articulação com o mercado. Todos estes elementos se complementam e resultam das contradições nas quais estão envolvidos os agricultores familiares.

Explicando melhor, as mulheres das famílias de pequenos agricultores foram as primeiras a perceber que se integrar no mercado com um padrão de agricultura baseado em insumos industriais, levava as famílias às grandes dificuldades, devido às oscilações de preços dos produtos e insumos. Consagrar os fatores de produção, em particular a terra, só para produtos para o mercado, implicava, em certos casos, ter a subsistência da família ameaçada. Assim eram as mulheres, as responsáveis de ter de colocar a comida na mesa, que melhor percebiam.

A equação econômica onde os insumos em particular, as sementes e o adubo, são produzidos pelos próprios agricultores, se a comida da família também por eles é produzida, em particular pelas mulheres, e apenas o excedente é vendido, garante-se a reprodução familiar com melhor qualidade. Além de que ocorre com frequência a troca de produtos e trabalho, baseada na reciprocidade camponesa e não na lei do valor.

Este tipo de agricultura valoriza o saber tradicional, mas também propõe um diálogo com as ciências. “O movimento defende que as tecnologias desenvolvidas pelos trabalhadores (as) com o auxílio da ciência devem ser voltadas também aos interesses camponeses e camponesas, facilitando a produção de alimentos saudáveis.” (PALUDO, 2009, p.127).

As mulheres do MMC lutam muitas vezes contra a opinião de seus companheiros para afirmar suas posições. A julgar pelos resultados da pesquisa antes referida (SCHMIDT, 2009), têm conquistado espaços no âmbito da unidade de produção familiar, pois grande parte das propriedades tem

produção diversificada e produção de semente crioula, que é basicamente tarefa feminina.

No plano institucional, o fato de o bloco produtor, que permite o acesso à aposentadoria, ter a participação da mulher, conjuntamente com o homem (64,5% das entrevistadas) ou só em seu nome (11,8%) dá uma idéia de como uma luta dos agricultores(as) ensejou que o MMC a tornasse efetiva¹⁰⁹.

Para o MMC, a venda para o mercado deve ser do excedente, ou de produtos que recebem agregação da agroindústria familiar ou associativa. Esta venda, de preferência, é direta ao consumidor ou para instituições públicas, eliminando assim a interferência de intermediários. As atividades associativas se caracterizam pela autogestão, diferentemente das cooperativas empresariais, que acabaram se tornando um elo entre os agricultores e o agronegócio, extraindo-lhe o excedente, ou até mais do que isso, o seu trabalho visando a reprodução da família. É a reciprocidade e solidariedade identificada por Sabourin (SABOURIN, 2009), que se afirma no MMC, diferente das características do mercado capitalista. Abre-se espaço para alternativas onde a economia se articula com idéias mais amplas e generosas, como a defesa do meio ambiente, a denúncia da exploração e, sobretudo, a defesa da vida. Uma vida mais saudável, mais solidária, mais libertária, que exige, para se realizar plenamente, um outro modelo de sociedade, onde se cultive os “valores da solidariedade, da partilha, da entreatajuda e companheirismo entre as pessoas” (CONTE, et.al., 2009, p.128).

Assim, as mulheres do MMC se tornaram, dentro da Via Campesina as mais radicais defensoras da agricultura camponesa associada a todos os valores que mencionamos

¹⁰⁹ Há que se ter em mente que no Brasil 60% das mulheres agricultoras não têm registro civil, assim um número certamente muito maior não tem participação do bloco do produtor (SCHMIDT, 2009)

acima. Isto lhes dá força e credibilidade para defender uma valorização e participação das mulheres tanto na unidade produtiva familiar quanto na sociedade, significando que “defender um projeto político, no MMC, é evoluir no empoderamento das mulheres camponesas que pensam, que estudam, articulam e constroem lutas cotidianas e massivas. O empoderamento das mulheres significa a negação da estrutura que as violenta e que as nega como seres humanos com direito ao respeito e à felicidade” (PALUDO, 2009, p.130).

Conclusão

Acreditamos, despretensiosamente, mas com convicção, estar dando alguns passos na construção de referenciais teóricos que combinam elementos da análise socioeconômica marxista e o aporte dos cientistas sociais que fazem a crítica da razão utilitária.

O marxismo desnuda a lógica do capital, evidencia suas contradições e aponta para sua superação, que não pode ser outra senão uma sociedade dos “livres produtores associados”. Esta, por sua vez, é uma formulação por demais genérica para sozinha dar base para um novo modelo de sociedade.

A nova sociedade tem que mobilizar atitudes e ações dos seres humanos que não se explicam só pelo registro do interesse, ainda que de classe. Os antiutilitaristas mostram, a partir de suas pesquisas em várias áreas das ciências, que os comportamentos empáticos, solidários e democráticos existem. Podem estar adormecidos, mitigados pela onipresença do capital e suas práticas no cotidiano, que invadem os corações mentes (mais as mentes do que os corações) das pessoas.

No entanto, nosso estudo de caso sobre o MMC mostra que as mulheres do campo, na sua posição específica

na família, na unidade produtiva e na sociedade, confrontadas com as contradições determinadas pela sua inserção, desenvolvem os comportamentos na direção da solidariedade, da autonomia e do altruísmo que são resultantes das características não utilitárias dos seres humanos.

Assim vão construindo desde já espaços, ainda que cercados pelo capital, que mostram uma vivência onde se cultiva os “valores da solidariedade, da partilha, da entreatajuda e companheirismo entre as pessoas”. Este espaço que o MMC procura alargar e aprofundar com suas lutas que, conjugadas com as demais lutas sociais, poderão mudar radicalmente a sociedade e dar uma face igualitária democrática e humana para uma sociedade de livres produtores associados.

Referências:

ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia: entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Mercado. Porto Alegre. Ensaios FEE, vol.24, nº. 2, 2003.

BABARESCO, P. A. Uma Análise das Condições das Famílias do Assentamento Anoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org). Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 12, nº 1, p. 205-227, jan. - abr./2004.

CAILLÉ, Alain. Critique de la Raison Utilitaire: manifeste du Mauss. Paris: La Découverte, 2003.

_____. Théorie anti-utilitariste de l'action: fragments d'une sociologie générale. Paris: La Découverte, 2009.

CARVALHO, H.M. O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEERE, C.D.; LEÓN, M. O Empoderamento da Mulher. Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FETRAF. Sustentação da Renda Agrícola na Agricultura Familiar. 2006. Disponível em: www.fetrafsul.org.br. Acesso em 15 de junho de 2007.

GÖRGEN, S. A. Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa. Petrópolis: Vozes 2004.

JOVCHELOVICH, S. Os Contextos do Saber: Representações, Comunidade e Cultura. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÖWY, Michel. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LÖWY, M.; BENSALD, D. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo: Xamã, 2000.

MARIATEGUI, J.C. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. São Paulo: Clacso, 2008.

MAUSS, Marcel. Sociologie e Anthropologie. Paris: PUF, 2008.

PALUDO, Conceição (org.). Mulheres, resistência e luta em defesa da vida. Passo Fundo: CEB, 2009.

PINHEIRO, Sebastião. A Máfia dos Alimentos no Brasil. Porto Alegre: Juquira Candiru, 2005.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMARY, Catherine. De L'emancipation de Chacun à L'intêrêt de Tous, e Réciproquement. In: Contretemps, nº 5. Paris: Textuel, 2002.

SCHMIDT, C.; HERRLEIN, R. Dois Projetos de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. (Relatório de Pesquisa FAPERGS). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SCHMIDT, Carlos. A Economia Política das Mulheres Camponesas: ou a economia invisível das mulheres camponesas? Porto Alegre, 2009. (No prelo).

TEDESCO, J.C. Contratualização e Racionalidade Familiar. In: TEDESCO, J.C. (Org). Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, M. N. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.) Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

WOOD, E. M. A Origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.